A RESPOSTA CORRETA NO DIREITO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO RACIONALISMO CRÍTICO DE KARL POPPER

THE RIGHT ANSWER IN LAW: AN ANALYSIS UNDER KARL POPPER'S CRITICAL RATIONALISM PERSPECTIVE

Alexandre de Castro Couro¹

Aloyr Dias Lacerda²

RESUMO

O presente artigo trata da questão sobre a existência da resposta correta no direito a partir da perspectiva metodológica de Karl Popper. Será analisado o método hipotético-dedutivo proposto por Popper, dentro de um processo de ruptura com o positivismo e o método indutivo por ele empregado. A seguir, após demonstrar as teorias existentes acerca da resposta correta, o tema será analisado sob a perspectiva do racionalismo crítico, o qual nos levará à conclusão da impossibilidade de se atingir uma resposta correta no direito, embora tal conceito deva servir de parâmetro para elaboração de decisões judiciais racionalmente justificáveis e compatíveis com os ditames da Constituição Federal.

Palavras-chave: Resposta Correta. Epistemologia jurídica. Racionalismo Crítico. Método hipotético-dedutivo. Popper.

ABSTRACT

The present article deals with the question regarding whether there is a right answer in law, from the methodological perspective of Karl Popper. It will be analyzed the Popper's Hypothetical-Deductive Method, within a process of rupture with the positivism and the inductive method. Next, after demonstrating the existing theories about the right answer, the theme will be analyzed from the perspective of Critical Rationalism, which will lead us to the conclusion that it is impossible to reach the right answer, although this concept should be used as a parameter for the elaboration of rational and justifiable judicial decisions that are

¹ Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo. E-mail: acaastrocoura@gmail.com

² Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo. Email: alacerda@mpes.mp.br

compatible with the Constitution.

Keywords: Right answer. Legal epistemology. Critical Rationalism. Hypothetical-Deductive Method. Popper.

1. INTRODUÇÃO

A questão da existência da resposta correta no direito estimula intensos debates na Filosofia do Direito, há décadas. Não obstante, o consenso a respeito de tal tema está longe de ser atingido, havendo posicionamentos os mais diversos, desde concepções que defendem sempre existir uma resposta correta, a outras que refutam totalmente tal possibilidade. Entre os extremos, existem inúmeras propostas teóricas para lidar com a questão.

A pesquisa se justifica porque considerar a existência de uma resposta correta no direito influencia diretamente a maneira como o intérprete lidará com relevantes questões teóricas e práticas, como a justificação e fundamentação das decisões judiciais, os limites da discricionariedade judicial, a concepção de integridade do ordenamento jurídico, e a função desempenhada por esse conceito no processo decisório.

O objetivo deste artigo é lançar uma nova visão sobre o tema, apoiada na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper, um dos mais importantes pensadores do século XX, tendo legado obras fundamentais nas áreas da filosofia das ciências, epistemologia e política.

Importa deixar claro, no entanto, que Popper jamais enfrentou diretamente a questão da resposta correta no direito. Assim, este artigo representa uma análise pessoal sobre o tema, embora apoiado nos pressupostos teóricos do racionalismo crítico e no método hipotético-dedutivo de Popper.

Nesse contexto, o problema a ser resolvido pelo presente artigo é o seguinte: é possível afirmar que existe uma resposta correta no direito, a partir da perspectiva metodológica do racionalismo crítico de Karl Popper?

Para responder à questão será analisada inicialmente a metodologia proposta por Karl Popper, com enfoque na ruptura com o método indutivo e a concepção tradicional da ciência positivista. Em seguida, será feita uma breve exposição dos principais

posicionamentos teóricos acerca da possibilidade da existência da resposta correta no direito.

Finalmente, pretende-se responder à questão proposta, relativa à existência da resposta correta no direito na perspectiva metodológica de Karl Popper, ressaltando a original contribuição que o racionalismo crítico pode trazer para o debate desse importante tema da Filosofia do Direito.

2. O RACIONALISMO CRÍTICO DE KARL POPPER

Karl Popper nasceu em Viena (Áustria) em 1902. A Viena daquele tempo era um local bastante estimulante para a juventude, onde palpitavam oportunidades de estudos nas ciências, artes e filosofia.

Foi ali que Popper conheceu e manteve contato com os integrantes do Círculo de Viena, que representava a posição filosófica dominante naquela época: o positivismo lógico.

Antevendo a anexação da Áustria pela Alemanha Nazista, Popper, que era judeu, decidiu exilar-se na Nova Zelândia, onde lecionou filosofia por muitos anos. Após o término da Segunda Guerra Mundial, ele retornou para a Europa, indo para a Inglaterra, onde passou a ensinar lógica e metodologia da ciência na *London School of Economics*.

No campo da epistemologia, Karl Popper teve destacada importância ao romper com a lógica científica proposta pelos positivistas, o que levou Otto Neurath, membro do Círculo de Viena, a apelidá-lo “oposição oficial” (MAGEE, 1974, p. 17).

Conforme relato de Álvaro Ricardo de Souza Cruz (2009, p. 15), alguns dos mais notáveis integrantes desse movimento, dentre os quais se destacavam Hans Hahn, Otto Neurath, Rudolf Carnap, Friedrich Waismann, Moritz Schlick e Félix Kaufmann, reuniram-se em Viena no ano de 1929 e divulgaram um manifesto denominado *A Concepção Científica do Mundo*, o qual resumia as principais conclusões de seminários, congressos e palestras realizadas por esse grupo de filósofos e matemáticos desde 1924³.

³ Álvaro Cruz cita ainda interessante retrospectiva desse movimento, trazida por Severo Hryniewicz (2006, p. 499): “O Círculo de Viena é herdeiro de uma longa tradição empirista da filosofia britânica, que vem desde Roger Bacon, passando por Ockham, Francis Bacon, Hobbes, Locke, Hume, Newton, etc., além de estar ligado a uma tendência antiidealista no seio da filosofia alemã, representada, sobretudo, por Bolzano, Brentano, Meinong, Höfles, Avenarius, Mach e a física de Einstein. Historicamente, teve sua preparação num café vienense, onde, por volta de 1910, alguns professores e cientistas se reuniam para debates filosóficos. Entre os participantes estavam Otto Neurath, Hans Hahn e Philip Frank. (...) A ocupação da cátedra de Filosofia da Revista Reflexão e Crítica do Direito, v. 7. n. 2, p. 48-65, jul./dez. 2019ISSN 2358-7008

Seguindo a tradição empirista inglesa, esse manifesto defendia que a única fonte válida de conhecimento seria a experiência, por meio do princípio da verificabilidade. Ou seja, para que uma proposição fosse considerada científica ela deveria ser empiricamente verificada. Portanto, a ciência poderia ser unificada por meio do emprego de um método demonstrativo denominado indução (CRUZ, 2009, p. 19).

Desse modo, é possível afirmar que o método científico até então dominante e adotado pelos positivistas era o indutivo, que se baseava na formulação de enunciados gerais sobre observações acumuladas de casos específicos – e considerado como traço distintivo da ciência. Em outras palavras, o uso do método indutivo era considerado com critério de demarcação entre ciência e não-ciência. Somente os enunciados científicos poderiam conduzir a um conhecimento seguro e certo, porque estariam assentados em evidência observacional e experimental, e seriam, portanto, superiores a enunciados de todos os outros tipos, que se baseiam na autoridade, na emoção, na tradição, ou na conjectura, no preconceito, no hábito ou em qualquer outro alicerce. A ciência seria o *corpus* de tais conhecimentos seguros e certos e o desenvolvimento da ciência consistiria no interminável processo de adicionar certezas novas ao conjunto de certezas existentes (MAGEE, 1974, pp. 25-26).

A primeira crítica comumente dirigida ao método indutivo adotado pelos positivistas se refere ao papel desempenhado pela observação. A conclusão de que um processo de observação imparcial dos fatos levaria a teorias científicas consistentes se revela como falsa porque falsa é a sua premissa. Não é possível um processo imparcial de observação, porque o ato de observar jamais é imparcial.

Conforme assevera Popper, “as observações e, com mais forte razão, os enunciados de observação e enunciados que registram resultados experimentais, são sempre *interpretações* dos fatos observados – são *interpretações à luz de teorias*” (POPPER, 2002, p. 115).

Assim, Popper enfatiza que toda observação pressupõe uma teoria. Não o

Ciência na Universidade de Viena por parte de Moritz Schlick em 1922 foi determinante para a formalização do chamado Círculo de Viena. Os encontros do café foram transferidos para a Universidade e, ali, começaram a ser realizadas conferências cada vez mais concorridas. (...) Com a realização do Congresso de epistemologia das Ciências Exatas, em 1929, o Círculo ganhou dimensão mundial, tendo recebido adesão de autores e escolas dos mais diversos lugares: do Círculo de Varsóvia (Lukasiewicz, Tarski, Twardovski e Kotarbinski); do Grupo de Berlim (Reichenach); de filósofos norte-americanos (Quine, Nagel, C. Morris).

reconhecer seria um erro básico da tradição empírica. Segundo ele, a crença de que a ciência deveria caminhar da observação para a teoria é tão arraigada que o seu posicionamento crítico a esse respeito é por vezes recebido com incredulidade. No entanto, imaginar que seria possível realizar observações puras, sem que elas estejam acompanhadas de teorias prévias por parte daquele que observa, seria uma crença absurda. Na esteira desse raciocínio, Popper relata que certa vez procurou realçar tal ponto para um grupo de estudantes de física, em Viena, e iniciou uma aula com as seguintes instruções: ‘Apanhem um lápis e algumas folhas de papel; observem cuidadosamente e anotem tudo aquilo que tiveram observado’. Os alunos então perguntaram, muito naturalmente, *o quê* ele desejava que observassem. Constatou-se, portanto, que a instrução ‘Observem!’ não faz sentido. Isso porque a observação é sempre seletiva. Para que se efetive necessita de um objeto escolhido, de uma tarefa definida, de um interesse, de um ponto de vista, de um problema. (MAGEE, 1974, p. 39).

O pesquisador não parte do nada. Não inicia o processo de observação de modo imparcial. A própria escolha do objeto, e a maneira que irá observá-lo, pressupõe um problema que o incomoda e que orientará a pesquisa. A neutralidade científica no processo de observação seria algo impossível de ser atingido.

A primeira grande crítica ao método indutivo como o guia seguro para atingir a verdade científica havia sido lançada por Popper. E na esteira desse raciocínio ele prossegue afirmando que não somente é inviável exigir um processo de observação neutro e imparcial, como também não se pode inferir logicamente que de enunciados singulares possam ser extraídos enunciados gerais que possam dar suporte a teorias. Assim,

Está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa; independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos (POPPER, 2002, pp. 27-28).

O que Popper está afirmando é que eu não posso extrair uma regra geral de um caso singular, por mais comum que seja a ocorrência desse caso singular no campo da experiência. Nada garante que ele irá se repetir da mesma forma. Esse problema do método indutivo é também conhecido como “problema de Hume”, pois foi esse filósofo que o formulou de forma mais clara e precisa.

Se os acontecimentos são observados um número suficientemente grande de

vezes, é possível manifestar certa expectativa de que eles se repitam – mas isso seria um fato psicológico, não lógico. A ciência admite que haja regularidade da natureza, e que o futuro se assemelhará ao passado, mas não há meio de legitimar esse pressuposto. A observação, como técnica principal do método indutivo, não pode justificá-lo, uma vez que é impossível observar acontecimentos futuros. E igualmente não é possível afirmar tal pressuposto com base em argumentos lógicos, já que do fato de futuros passados se terem assemelhado a passados passados não deflui que todos os futuros futuros venham a assemelhar-se aos passados futuros. A conclusão de Hume foi no sentido de que, embora não seja possível demonstrar a validade dos procedimentos indutivos, a constituição psicológica dos homens os leva a pensar dessa maneira, em virtude de sua regularidade prática dos acontecimentos (MAGEE, 1974, pp. 26-27).

Desse modo, o método indutivo ruiria sobre suas próprias bases⁴, deixando o campo aberto para a proposta a ser formulada por Karl Popper, que tem suas raízes na severa crítica por ele dirigida à lógica indutivista, que buscava inexoravelmente a comprovação de um enunciado científico, julgando-o com base em critérios de verdade e falsidade. Afirma POPPER (2002, pp. 41-42):

Ora, a meu ver, não existe a chamada indução. Nestes termos, inferências que levam a teorias, partindo-se de enunciados singulares “verificados por experiência” (não importa o que isto possa significar) são logicamente inadmissíveis. Consequentemente, teorias *nunca* são empiricamente verificáveis. Se quisermos evitar o erro positivista de eliminar, por força de critério de demarcação que estabeleçamos, os sistemas teóricos de ciência natural, deveremos eleger um critério que nos permita incluir, no domínio da ciência empírica, até mesmo enunciados insuscetíveis de verificação. Contudo, só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um *sistema*. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a práticas empíricas, em sentido negativo; *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico*.

Conforme é possível perceber, Popper constrói o seu método científico – o racionalismo crítico⁵ – com base na formulação de críticas que visam refutar o enunciado

⁴ “Os filósofos positivistas afirmam, no entanto, que o método indutivo pode ser usado para aumentar o grau de confirmação de hipóteses e teorias. Com auxílio da teoria da probabilidade, procuram desenvolver uma lógica indutiva para medir a probabilidade de uma hipótese em função das evidências a seu favor (calculando, por exemplo, a probabilidade que um paciente tem de ter determinada doença em função dos sintomas que apresenta)” (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 14).

⁵ “A atitude crítica pode ser descrita como uma tentativa consciente de submeter nossas teorias e conjecturas, em nosso lugar, à “luta pela sobrevivência” em que os mais aptos triunfam. Ela nos dá a

científico, e não o comprovar, porque sua comprovação definitiva seria impossível. Não importa quantas vezes ocorreu a confirmação da hipótese, pois no futuro, em tese, ela poderá vir a ser refutada.

E não é isso que realmente ocorreu com todas as teorias científicas, no decorrer da história da humanidade? A mecânica de Newton, considerada durante tanto tempo como a mais célebre construção do gênio humano no campo da física, não foi ultrapassada pela teoria da relatividade, que consegue resolver todos os problemas enfrentados pela mecânica newtoniana, e ainda muitos outros?

Assim, embora as teorias científicas não possam ser comprovadas, elas podem ser corroboradas (que significa confirmadas provisoriamente) e também falseadas. Conforme célebre exemplo de Popper, não é possível afirmar que todos os cisnes sejam brancos, mas basta encontrar um único cisne negro para que se possa afirmar que essa hipótese foi falseada.

Portanto, a proposta do racionalismo crítico de Popper “está alicerçada numa *assimetria* entre verificabilidade e falseabilidade” (POPPER, 2002, p. 43). O que torna científico um enunciado não é a possibilidade de sua comprovação, mas sim que ele seja formulado de modo a estar sujeito a críticas, de modo a poder ser refutado.

O conhecimento científico progride através de conjecturas e refutações. Inicia-se com a formulação de hipóteses que buscam resolver problemas. Tão logo formulada a hipótese ela passa a ser submetida a testes que envolvem observações e experimentos. Se ela não resiste aos testes, é considerada falseada, e serão formuladas novas hipóteses a fim de serem testadas. Quando uma hipótese passa pelos testes, ela é considerada corroborada, e aceita como uma solução provisória para o problema. O termo *corroboração* é utilizado em detrimento de *confirmação* porque esse último nos traz uma noção de que a verdade ou um alto grau de probabilidade foi atingido, enquanto o primeiro – preferido por Popper – é uma medida que avalia apenas o sucesso passado de uma hipótese ou teoria e nada diz acerca de seu desempenho futuro. A qualquer momento novos testes poderão refutá-las (como ocorreu

possibilidade de sobreviver à eliminação de uma hipótese inadequada – quando uma atitude mais dogmática levaria à nossa eliminação. (Há uma estória tocante a respeito de uma comunidade indiana que desapareceu por causa da sua crença na santidade da vida – inclusive a vida dos tigres)” (POPPER, 1972, pp. 81-82).

com a hipótese de que todos os cisnes são brancos após serem descobertos cisnes negros na Austrália) (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 15).

É preciso ficar claro que para Popper não cabe à ciência encontrar a verdade, pois ela é sempre contingente, é sempre uma resposta provisória (conjectura) dentro de um determinado contexto. Ou seja: *a verdade definitiva não é cientificamente alcançável*. Nem por isso ela é menos importante, pois funciona como uma meta que direciona os trabalhos da ciência para a resolução de seus problemas. Assim:

Ficou claro que a verdade popperiana é uma ideia reguladora que norteia o processo de produção científico, eis que jamais será possível afirmar que uma hipótese, teoria ou conjectura é verdadeira, mas apenas que provisoriamente não é possível infirmá-la. Assim, a verdade é compreendida como um norte, uma bússola imantada pelo conhecimento crítico sempre para a sua direção, sem embargo de saber de antemão que a humanidade jamais alcançará esse porto seguro. Desse modo, Popper percebe que somos sempre buscadores da verdade, mas jamais seus possuidores e que a certeza sobre qualquer coisa é sempre um dado relativo e contingente em função da situação (CRUZ, 2009, p. 47).

Por conseguinte, a proposta de Popper desloca o objetivo da ciência, que deixa de ser a busca incessante pela verdade inalcançável, por meio da comprovação das hipóteses, para uma atitude crítica do pesquisador, que busca falsear as “verdades provisórias” que lhe são apresentadas, em busca de “verdades superiores”, embora ainda provisórias. Essa proposta metodológica, se bem entendida, revela-se mais estimulante ao avanço da ciência do que a visão tradicional.

De certa forma, ela também gera uma “sensação de libertação no pesquisador”, que abandona a crença errônea de que a ciência somente pode conduzir às certezas e de que seria um grave delito a divulgação de alguma hipótese falsa. Devido a tal maneira de pensar, muitos cientistas relutam em apresentar suas hipóteses (pelo temor das críticas), ou quando as apresentam assumem uma atitude por vezes irracional de sua defesa, sem perceberem que o falseamento total ou parcial é o destino de todas as hipóteses (MAGEE, 1974, pp. 44-45).

O racionalismo crítico de Popper funda-se em uma teoria do conhecimento que pode ser sintetizada de acordo com o esquema a seguir:

$$P1 \rightarrow TS \rightarrow EE \rightarrow P2$$

Em que P1 é o problema inicial, TS é a hipótese proposta para sua solução, EE é o processo de eliminação de erro através da crítica formulada, e P2 o novo problema que

resulta do processo de crítica que foi eficaz em apontar os erros existentes na primeira hipótese.

Para resolver P2 será formulada uma nova hipótese (TS), que também passará por um processo incessante de críticas visando a eliminação de seus erros (EE). Assim,

Trata-se, em essência, de um processo de realimentação. Não é cíclico, pois P2 é sempre diverso de P1: mesmo o fracasso total na resolução de um problema nos ensina alguma coisa; revela em que ponto se acham as dificuldades e as condições mínimas que uma solução deve satisfazer – alterando, pois, a situação problemática. O processo também não é dialético (em qualquer sentido hegeliano ou marxista), pois considera a contradição (que difere da crítica) em termos de algo que não pode ser tolerado, em qualquer circunstância (MAGEE, 1974, pp. 70-71).

Interessa notar que a proposta metodológica de Popper possui o foco nos problemas. A tarefa do cientista não se inicia com a tentativa de resolver o problema, mas com o próprio problema, e as razões subjacentes que o transformam em problema. Antes de se voltar a atenção para a busca de soluções, despendem-se esforços com a formulação dos problemas. O êxito na segunda etapa, da formulação da hipótese, depende de haver sido formulado o problema de maneira adequada (MAGEE, 1974, p. 72).

A metodologia proposta por Karl Popper contrapõe-se à maneira tradicional de pensar a ciência. Em regra, o pesquisador formulava a hipótese e iniciava a pesquisa preocupado em confirmá-la⁶. Nessa busca, muitos erros que poderiam ser percebidos de início eram ignorados, ou formuladas hipóteses *ad hoc*⁷ com o único objetivo de salvar a hipótese

⁶ “Vou resumir agora os resultados a que chegamos no relativo às epistemologias dos dois grupos de filósofos sobre os quais falei – os verificacionistas e os refutacionistas. Enquanto os verificacionistas ou indutivistas tentam em vão demonstrar que as crenças científicas podem ser justificadas – ou, pelo menos, estabelecidas como prováveis (encorajando assim, pelo insucesso dos seus esforços, uma fuga no sentido do irracionalismo), os filósofos do outro grupo descobrimos que na verdade não almejamos nem mesmo a teorias altamente prováveis. Admitimos que a racionalidade consiste na atitude crítica e buscamos teorias que, embora falíveis, nos permitam progredir, ultrapassando as teorias precedentes: o que significa que são testadas com maior rigor, conseguindo resistir a alguns desses testes. Enquanto os verificacionistas lutaram em vão para identificar argumentos positivos válidos que apoiassem sua posição, de nosso lado nos satisfazemos com a aceitação de que a racionalidade de uma teoria reside no fato de que podemos preferi-la porque é melhor do que as que a precederam; porque podemos sujeitá-la a testes mais rigorosos – testes que talvez não consigam refutá-las, se tivermos sorte. E também porque podem levar-nos a chegar mais perto da verdade” (POPPER, 1972, pp. 273-274).

⁷ Significado do termo *ad hoc*: “1. Destinado a essa finalidade. 2. FIL. Formulado com o único objetivo de legitimar ou defender uma teoria, e não em decorrência de uma compreensão objetiva e isenta da realidade (diz-se de argumento, proposição ou hipótese). 3. LING GRAM. Feito exclusivamente para explicar o fenômeno que descreve e que não serve para outros casos, não dando margem a qualquer generalização (diz-se de regra, argumento, definição etc.). 4. JUR. Designado, nomeado para executar determinada tarefa (diz-se de pessoa) [advogado *ad hoc* – secretário *ad hoc*]” (HOUAISS & VILLAR, 2009,

inicialmente formulada.

Para o racionalismo crítico, ao contrário, é a refutação da hipótese que torna a ciência mais forte. Não preocupado em salvaguardar a teoria inicialmente formulada, sujeita-a ao procedimento de análise para corroborá-la ou refutá-la. Mas não se busca contornar erros e problemas, caso sejam detectados. Eles fazem parte do processo de construção do conhecimento, e contribuem para a formulação de uma hipótese ou teoria superior.

A metodologia científica tradicional também se repete na ciência do direito e na prática de profissionais desse campo de conhecimento. Conforme bem anota Horário Wanderlei Rodrigues (2009, p. 10), os cientistas do direito, em regra, repetem a metodologia de pesquisa profissional. Ou seja, buscam construir argumentos que comprovem a hipótese apresentada. Em outras palavras, a pesquisa é parecerística e tenta a todo momento comprovar a hipótese proposta, mas nunca refutá-la por meio de testes com essa finalidade.

Nesse contexto, é possível afirmar que os cientistas e profissionais do direito muito teriam a ganhar com uma análise mais acurada da obra e do método de Karl Popper. O racionalismo crítico poderia, no mínimo, alargar os horizontes de possibilidade de avaliação das hipóteses formuladas, ao se considerar a importância da realização de testes capazes de refutá-las.

Assim, menos preocupados em salvar suas teorias, os cientistas do direito estariam mais abertos a uma salutar crítica (ou autocrítica) que demonstrasse de forma clara os problemas da teoria proposta. Por conseguinte, em vez de modificá-la por meio de hipóteses *ad hoc*, poderiam se sentir estimulados em propor outras teorias que pudessem dar conta dos novos problemas apontados, ou anuir com as teorias propostas por outros cientistas.

3. A CONTROVÉRSIA DA RESPOSTA CORRETA NO DIREITO

Uma das questões mais debatidas na filosofia do direito nas últimas décadas é a possibilidade da existência de uma resposta correta no Direito, ou seja, se é possível afirmar

p. 49). Hipótese *ad hoc* seria, portanto, aquela formulada com a específica finalidade de legitimar uma hipótese ou teoria original, protegendo-a contra as críticas contra ela formuladas.

que existe uma decisão correta a ser adotada nos casos apresentados à Justiça, particularmente nos chamados casos difíceis (*hard cases*).

É preciso registrar, no entanto, que a controvérsia acompanha o problema filosófico da existência da verdade e de como atingi-la, e tanto aqui como lá as posições são as mais diversas e conflitantes possíveis⁸.

Não adentraremos diretamente o problema científico-filosófico da existência da verdade, embora ele esteja subjacente a toda a discussão da resposta correta no direito. Acerca desse tema, o melhor apanhado na literatura brasileira sobre o atual *estado da arte* foi feito por Álvaro Ricardo de Souza Cruz (2011, pp. 178-179), com base em um texto de Manuel Atienza (*Sobre la única respuesta correcta*), o qual indicou nove posicionamentos diversos a respeito⁹:

a) Uma versão forte que supõe haver uma única resposta correta e que pode ser extraída dos princípios do Direito Natural ou, exclusivamente, do regramento positivado da legislação a partir dos métodos clássicos da hermenêutica do século XIX. Não é preciso divagar muito para perceber que tanto os adeptos do Direito natural, quanto os positivistas legalistas e exegeticos se enquadram nessa postura; b) Uma versão fraca de resposta correta que, a despeito de supor a possibilidade de sua existência, percebe que quase nunca ela pode ser detectada e, sendo assim, prevalece um raciocínio discricionário na tomada de decisões judiciais. O Direito fixa algumas margens para sua aplicação, mas a essência da decisão consiste em ser um ato subjetivo e discricionário da parte dos aplicadores do Direito. De um modo geral, tanto positivistas inclusivistas quanto positivistas exclusivistas podem ser encaixados nessa perspectiva; c) A ideia de uma resposta correta não passa de uma ficção que cumpre uma função útil dentro do espaço da prática do Direito. Se na posição anterior, em raras ocasiões seria possível obtê-la, essa terceira visão escancara sua impossibilidade. Alf Ross pode ser citado como o melhor exemplar dessa posição; d) A noção de que a resposta correta cumpre o papel meramente estratégico de mascarar o poder político dos juizes, tal como se vê nos posicionamentos da corrente conhecida como *Critical Legal Studies*; e) A visão de Ronald Dworkin que supõe que o Direito não possa ser entendido como um conjunto fechado de regras tal como supõem aqueles que ele designa de convencionalistas (positivistas ligados à tradição anglo-saxã, como Austin e Hart). A seu ver, a prática jurídica deve ser guiada por princípios morais que são capazes de veicular os valores de uma dada comunidade, de modo que a decisão contenha os

⁸ Existem inúmeras teorias que buscam analisar o conceito de “verdade”. Sem procurar ser exaustivo, mas apenas a título de ilustração, apoiado no magistério de Álvaro Cruz (2011, pp. 04-05), podemos citar as teorias clássicas da verdade (verdade como correspondência e coerência), as teorias da verdade que recebem o influxo do paradigma filosófico da consciência (verdade como certeza de fundo idealista e racionalista, verdade como coerência lógica e verdade como redundância), teorias da verdade como coerência semântica e adequação pragmática, teorias da verdade fenomenológica como *alethéia* em Heidegger e as teorias epistêmica e não epistêmica da verdade em Habermas.

⁹ Conforme também anotaram Américo Bedê e Alexandre Coura em artigo sobre o tema da resposta correta (COURA & FREIRE JÚNIOR, 2013, p. 683), apesar de se tratar de uma citação extensa, é importante que seja transcrita na íntegra, por já ser uma síntese, e não se justificar um jogo de palavras diante de uma contextualização precisa de várias formas de analisar o problema.

pressupostos de integridade e equidade preservados; f) A posição de Robert Alexy pela qual a resposta correta assume o papel de uma ideia reguladora no estilo kantiano e que pode ser obtida metodologicamente, seja pelo emprego de sua lei da colisão, seja pelo princípio da saturação das decisões; g) A resposta correta deriva de uma forma específica de se perceber o Direito, o que conduz à necessidade de se proceder a uma forma específica de interpretação considerada previamente mais adequada para o Direito. Essa versão de resposta correta se encaixa tanto na corrente pragmatista do Direito (que não se confunde com o pragmatismo filosófico) e, em especial, na corrente da interpretação econômica do Direito encabeçada por Richard Posner; h) A posição de Aulis Aarnio pela qual a resposta correta também assume essa noção de ideia reguladora, mas que de antemão percebe que não existem critérios metodológicos para sua obtenção. Assim, ele aposta em critérios epistemológicos para saber identificar, dentre as decisões judiciais, aquela que deve ser considerada como aquela que deve ser tida como “a resposta correta”; i) A resposta correta compreendida a partir das lições e dos ganhos trazidos pela reviravolta linguístico pragmática.

A divergência de posicionamentos indica de modo claro que grassa a divergência entre os cientistas do direito sobre a questão da resposta correta, o que justifica que ela seja revisitada sob os mais diversos enfoques.

Dentre os posicionamentos apresentados, a visão de Karl Popper, ao menos em linhas gerais, se aproxima do que defende Alf Ross, ou seja, que a ideia de uma resposta correta cumpre uma função útil no Direito como ideal a ser perseguido, embora seja impossível alcançá-lo.

O tema da resposta correta é analisado de forma mais corriqueira pela doutrina brasileira a partir da teoria de Ronald Dworkin. Em uma crítica dirigida ao positivismo de Hart, Dworkin ressalta que considerar o direito como um sistema normativo de regras – com exclusão dos princípios – levaria a situações em que o juiz estaria diante de determinados casos difíceis (*hard cases*) que não poderiam ser diretamente subsumidos às regras jurídicas.

Segundo Dworkin, para os positivistas, nesses casos se abriria ao juiz a possibilidade de decidir a questão de forma discricionária, o que submeteria o sistema jurídico a um subjetivismo inaceitável, justamente diante das questões mais importantes e controversas a serem analisadas pelo Poder Judiciário.

Assim, propõe Dworkin que, para além das regras, também os princípios devem orientar a prática jurídica, a fim de que as decisões atendam a pressupostos de integridade e equidade. Por conseguinte, o Direito deve ser considerado um modelo de regras e princípios¹⁰,

¹⁰ Não é o objetivo deste artigo adentrar a discussão das diferenças entre os padrões normativos de regras e princípios. Mas em linhas gerais propõe Dworkin os seguintes critérios de diferenciação: no âmbito da Revista Reflexão e Crítica do Direito, v. 7. n. 2, p. 48-65, jul./dez. 2019ISSN 2358-7008

o que permitiria ao intérprete extrair sempre uma resposta correta a ser dada diante de uma determinada questão.

A resposta correta, nesse caso, deveria atender as dimensões da adequação e da moralidade política. A dimensão da adequação supõe que a resposta apresentada como correta deve trazer uma melhor justificativa de aplicação de uma dada norma jurídica ao caso concreto, do que o faria qualquer uma outra. Poder-se-ia até pensar em duas respostas que fornecessem justificativas igualmente boas, mas para Dworkin isso ocorreria apenas em sistemas jurídicos imaturos, que tratam de um âmbito limitado da conduta de seus cidadãos. Em um sistema moderno e complexo, ao contrário, o empate entre duas respostas possíveis seria uma possibilidade quase exótica. E mesmo nesse caso, a dimensão da moralidade política tornaria ainda mais improvável que não se encontrasse uma resposta correta, uma vez que, mesmo considerando que duas justificativas oferecem uma boa adequação aos dados jurídicos, uma delas necessariamente apresentará uma justificativa melhor do que a outra enquanto teoria política ou moral, revelando os direitos que as pessoas realmente possuem naquele caso concreto analisado (DWORKIN, 2005, pp. 213-214).

A tese da resposta correta, especialmente tal como a propõe Dworkin, vem ganhando força entre uma parcela dos constitucionalistas brasileiros, os quais defendem que a interpretação do direito deve atender a uma análise do ordenamento jurídico como integridade, em um processo que tenderia a revelar a “resposta hermenêuticamente mais adequada à Constituição” no caso concreto analisado.

Isso evitaria o excesso de discricionariedade, que gera insegurança jurídica (porque a decisão ficaria a cargo de um subjetivismo judicial) e também desigualdade entre os jurisdicionados (porque casos similares poderiam ser decididos em sentidos opostos). Nesse sentido, Lenio Streck (2014, p. 337) enaltece a possibilidade de se encontrar a resposta correta em direito:

aplicação – regras são padrões que obedecem à lógica do “tudo ou nada” e que fornecem razões conclusivas para a decisão dos casos, enquanto princípios são padrões que oferecem razões para decidir, mas não de forma conclusiva. Dworkin utiliza várias expressões metafóricas para se referir à aplicação dos princípios, como “âmbito de incidência”, “centro gravitacional” e “lógica de mais e menos”. No âmbito do conflito normativo – o conflito entre regras obedece à mesma lógica do “tudo ou nada”, com a exclusão de uma ou outra regra, enquanto o conflito entre princípios é definido com base na dimensão do “peso”, sem a exclusão de um ou outro princípio, podendo-se falar em uma espécie de “ponderação”, mas não nos mesmos termos propostos por Robert Alexy.

Penso que, a partir da hermenêutica filosófica – que tenho trabalhado como uma *crítica hermenêutica do direito* –, é possível alcançar aquilo que pode ser denominado “a resposta hermenêuticamente adequada à Constituição”, que, se assim se quiser, também pode ser chamada de “resposta correta”. Como procuro demonstrar, a interpretação do direito no Estado Democrático de Direito é incompatível com esquemas interpretativos-procedimentais que conduzam a múltiplas respostas, cuja consequência (ou origem) são discricionariedades, arbitrariedades e decisionismos. Evidentemente, isso implica um reforço do *locus* privilegiado da situação concreta: a decisão de primeiro grau e a justificação/fundamentação exaustiva que deve explicitar a resposta dada ao problema.

A tese da resposta correta é realmente sedutora, mas na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper ela não poderia ser aceita. Partindo-se do mesmo raciocínio da impossibilidade de se encontrar a verdade, não seria possível encontrar a resposta correta para um determinado caso de direito. O que se revelaria mais plausível seria a apresentação de uma proposta de resolução para a questão jurídica, mas como uma *conjectura* que estaria sujeita à *refutação* por meio de testes de falseamento.

Assim, o juiz decidiria um determinado caso através de uma sentença que deveria ser entendida como uma *verdade provisória*, a qual poderia ser posteriormente corroborada ou refutada. O processo de falseamento da sentença poderia se dar pelos mecanismos oficiais, através de recursos ou ações autônomas de impugnação, ou por meio da crítica doutrinária.

Nesse ponto é preciso fazer uma ressalva: o que se discute no presente artigo é a possibilidade de uma resposta correta no direito, a qual não pode ser confundida com a necessidade de uma resposta final. Essa última é necessária para a estabilização das relações entre os cidadãos e para garantir segurança jurídica. Conforme bem ressaltaram Américo Bedê Freire e Alexandre Coura (2013, p. 683), “não se pode abandonar a necessidade de uma resposta final, uma vez que a segurança jurídica e a coisa julgada são institutos relevantes”. Assim, seria possível, em tese, uma resposta incorreta, porém definitiva. Mas a discussão que aqui se trava é de natureza diversa.

Acerca da possibilidade de se encontrar a resposta correta em direito, Manuel Atienza (2009, p. 14) bem esclarece que essa questão é problemática desde um ponto de vista metodológico (como encontrar a resposta correta?), epistemológico (como saber que foi encontrada a resposta correta?) e ontológico (existe uma resposta correta?).

Sob a perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper tais questões, ao serem respondidas, apenas confirmariam a impossibilidade de se encontrar a verdade (ou a resposta

correta) no Direito.

No sentido metodológico, não haveria um caminho a ser seguido para descobrir a verdade (resposta correta). Apenas seria possível propor uma solução ao caso (decisão judicial/hipótese), a qual estaria sujeita à crítica e poderia posteriormente ser corroborada (confirmada de forma provisória) ou falseada (nesse último caso, seria possível tanto a modificação da decisão – se o processo de falseamento ocorreu por meio de recursos interpostos pelas partes – como a adoção de uma decisão diversa em futuros casos similares).

Do ponto de vista epistemológico também não seria possível saber que foi encontrada a resposta correta. Aqui também se aplica a crítica que Popper dirigiu a Hume, no sentido de que “do fato de futuros passados se terem assemelhado a passados passados não deflui que todos os futuros futuros venham a assemelhar-se aos passados futuros”. Ou seja, ainda que aquela decisão se apresente como “correta” para todos os casos possíveis analisados até o presente momento histórico, não se pode afirmar que ela seria a mais adequada para os casos futuros, ainda que idênticos em seus contornos mais relevantes.

Finalmente, na perspectiva ontológica Popper também responderia negativamente à existência de uma resposta correta. Do mesmo modo que a verdade não é *verificável*, também não o seria a resposta correta.

É dizer: a verdade é um conceito que não existe para ser atingido, mas perseguido. A sua função não é nos trazer tranquilidade e certeza, mas nos manter em movimento em sua direção. A verdade absoluta, caso atingida, significaria a morte da ciência.

Do mesmo modo, a tese da resposta correta cumpre a sua função ao manter os juristas caminhando em sua direção, embora a essência de uma “resposta correta” seja inatingível. Muito mais importante do que bradar que foi encontrada a “verdade no direito”, é buscar uma solução que possa ser aceita racionalmente pela sociedade, conforme defende Aulis Aarnio (1990, pp. 37-38):

Na decisão de um caso difícil se deve alcançar uma solução tal e uma justificação tal que a maioria dos membros racionalmente pensantes da comunidade jurídica possa aceitar essa solução e essa justificação. (...) a aceitação como meta do raciocínio jurídico é suficiente para os seres humanos. Usando o princípio regulativo se pode maximizar as expectativas da certeza jurídica. Pressupor uma “resposta correta” não nos ajuda a servir melhor a sociedade. O que realmente necessitamos é uma

justificação racional¹¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho concluiu não ser admissível a resposta correta no direito na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper.

Foi demonstrado que o método indutivo utilizado pela ciência tradicional positivista é insuficiente para se encontrar a verdade, que passa a ser considerada um conceito inatingível.

Substitui-se o conceito de verdade pelo de verdade provisória, a qual pode ser corroborada ou refutada, por meio de sucessivos testes de falseamento, sendo essa a essência da metodologia proposta por Karl Popper. Posso não saber o que é verdadeiro, mas é possível detectar o que é falso. Esse método permite depurar as verdades provisórias, a partir da propositura de novas hipóteses mais consistentes, mas que sempre estarão sujeitas aos testes de falseamento.

O raciocínio formulado por Popper no campo da epistemologia pode ser transportado para a análise da resposta correta no direito. Do mesmo modo que não é possível encontrar a verdade, também não seria possível atingir a essência de uma resposta correta.

Não obstante, através da utilização do método hipotético-dedutivo, podem ser propostas soluções/decisões para o caso jurídico (verdades provisórias), as quais serão submetidas a testes de falseamento (recursos ou crítica doutrinária) que auxiliarão a encontrar as falhas, a fim de que sejam posteriormente formuladas novas soluções que, embora ainda provisórias, serão mais consistentes.

A resposta correta, embora inatingível segundo a perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper, representa, no entanto, uma importante utopia a ser buscada de forma incessante pelo intérprete do direito, com o objetivo de alcançar o melhor sentido da norma jurídica, que seja racionalmente justificado e que mais se coadune com os ditames da

¹¹ Tradução livre. No original: *“En la decisión de un caso difícil se debe tratar de alcanzar una solución tal y una justificación tal que la mayoría de los miembros racionalmente pensantes de la comunidad jurídica pueda aceptar esa solución y esa justificación. (...) la aceptabilidad como meta del razonamiento jurídico es suficiente para los seres humanos. Usando el principio regulativo se puede tratar de maximizar las expectativas de la certeza jurídica. Presuponer una “respuesta correcta” no nos ayuda a servir mejor a la sociedad. Lo que realmente necesitamos es justificación racional”*.

Constituição Federal.

5. REFERÊNCIAS

AARNIO, Aulis. *La tesis de la única respuesta correcta y el principio regulativo del razonamiento jurídico*. Doxa, *Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n. 8, 1990, pp. 23-38.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith GEWANDSZNAJDER. Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

ATIENZA, Manuel. *Sobre la única respuesta correcta*. *Revista Jurídicas*. Vol. 6. N. 2. Manizales, Colômbia: jul-dez 2009.

COURA, Alexandre de Castro; FREIRE JÚNIOR, Américo Bede. **Existe uma resposta correta sobre o problema da resposta correta no direito?** *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, XLV, Valparaíso, Chile, 2013, 2º semestre, pp. 681-695.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O discurso científico na modernidade: o conceito de paradigma é aplicável ao Direito?** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. **A resposta correta: incursões jurídicas e filosóficas sobre as teorias da justiça**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

DWORKIN, Ronald. **Não existe mesmo nenhuma resposta certa em casos controversos?** *In Uma questão de princípio*. Tradução Luis Carlos Borges. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HRYNIEWICZ, Severo. **Para Filosofar**. 6ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MAGEE, Edgar Bryan. **As ideias de Popper**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **A ciência do direito pensada a partir de Karl Popper**. Revista Eletrônica Intuitio. V.2 - No.2. Porto Alegre: 2009, pp. 10-15:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/5931/4290>. Acesso em 15/07/2018.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas**. 5 ed. rev. mod. ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

Submetido em 22.10.2019

Aceito em 24.03.2020